

A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO NO CAMPO DE SERGIPE¹

THE EXPANSION OF AGRIBUSINESS IN THE FIELD OF SERGIPE

LA EXPANSIÓN DEL AGRONEGOCIO EN EL CAMPO DE SERGIPE

Alexandrina Luz Conceição
Professora Doutora do Núcleo de Pós-Graduação em Geografia
Universidade Federal de Sergipe
Av. Marechal Rondon, s/n – Cidade Universitária
Didática 2 – Primeiro Andar
E-mail: aluz@oi.com.br

RESUMO

Nos últimos anos o Governo Federal tem direcionado Políticas Públicas de desenvolvimento territorial visando atrair investimentos privados para o agronegócio, na consolidação do tripé: Estado-capital-mercado, no processo da mundialização do capital e da financeirização da economia, no que se convencionou denominar o Novo Mundo Rural. A proposta do Novo Mundo Rural tem implementado o modelo dominante do agronegócio, sustentado no discurso de garantia da agricultura familiar. Na interconectividade escalar o campo sergipano se inscreve no circuito do processo da reprodução ampliada do capital no crivo das novas geopolíticas de governo, com a expansão do agronegócio. O agronegócio na sua lógica concentradora de terras, de tecnologia e de riquezas tem expropriado milhares de famílias camponesas intensificando o desemprego e a precarização do trabalho.

Palavras-chave: Estado, Agronegócio, produção camponesa, política de desenvolvimento territorial.

ABSTRACT

In recent years the Federal Government has directed Public Politics for territorial development aimed to attract private investment in agribusiness, the consolidation of the tripod: State-capital-market, in the process of globalization of the capital and financialization of the economy, in what is conventionally called the New Rural World. The proposal of the New Rural World has implemented the dominant model of agribusiness, supported in the discourse of guarantee of family farming. In interconnectivity scalar, the Sergipe field is part of the circuit of process of expanded reproduction of capital. In order to identify these contradictions we develop qualitative research/quantitative information about the productive restructuring process and the new spatial configurations, territorialized in the field of Sergipe, scaled in the sieve of the new geopolitical government with the expansion of agribusiness. The agribusiness in its concentrated logic of land, technology and wealth has expropriated thousands of peasant families, increasing unemployment and underemployment.

¹ Este texto é resultado de parte da pesquisa desenvolvida para o Edital Universal/CNPq/2009-2011: As mudanças estruturais na relação capital versus trabalho e a lógica da política de reordenamento territorial no campo sergipano com a expansão do agronegócio.



Keywords: State, Agribusiness, farming production, territorial development policy.

RESUMEN

En los últimos años el Gobierno Federal ha guiado las políticas públicas de desarrollo territorial mirando a atraer la inversión privada para el agronegocio, en la consolidación del trípode: Estado-capital-mercado, en el proceso de mundialización del capital y de la financiarización de la economía, en lo que se acordó llamarse el Nuevo Mundo Rural. La propuesta de Nuevo Mundo Rural ha implementado el modelo dominante de agronegocio, apoyado en el discurso de garantizar la granja familiar. En la interconectividad escalar el campo Sergipano, se inscribe en el circuito del proceso de reproducción ampliada del capital en el escrutinio de las nuevas geopolíticas de gobierno, con la expansión del agronegocio. El agronegocio en su lógica concentradora de la tierra, de tecnología y de riquezas han expropiado a miles de familias campesinas intensificando el desempleo y la precariedad laboral.

Palabras clave: Estado, Agronegocio, producción campesina, políticas de desarrollo territorial

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos o Governo local em consonância com o Governo Federal tem direcionado políticas públicas para o desenvolvimento territorial visando atrair investimentos privados para o agronegócio com a consolidação do tripé: Estado-capital-mercado no processo da mundialização do capital e da financeirização da economia, no que se convencionou denominar o Novo Mundo Rural. Advinda como uma nova categoria, capitaneada pelos impactos da abertura comercial e determinada pelo modelo hegemônico do capital, a agricultura familiar surge no contexto do Novo Mundo Rural.

O agronegócio na sua lógica concentradora de terras, de tecnologia e de riquezas tem expropriado milhares de famílias e intensificado o desemprego no campo. Intensificando a precarização do trabalho através da superexploração das horas de trabalho. O modelo do agronegócio tem contribuído para a baixa qualidade da alimentação, principalmente pela expansão da monocultura com uso cada vez maior de agrotóxicos e recentemente na produção de alimentos transgênicos.

No Nordeste, nos estados de Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Sergipe, o avanço da monocultura da cana-de-açúcar tem ocupado vastas áreas do espaço rural, principalmente na área da zona da mata, em destruição crescente da mata permanente. A paisagem nesses estados é de um contínuo de exploração para a produção do setor sucroalcooleiro. No espaço rural sergipano a intensificação do plantio da cana-de-açúcar, sob a lógica do modelo do agronegócio da produção monocultora de agrocombustível tem significado, a destruição da agricultura campesina e a



ocupação gradativa das áreas de cultivo alimentar camponês. O que indica a perda de abastecimento de alimentos nas feiras locais, sendo também agravante o aumento dos preços dos produtos alimentares, e conseqüentemente a perspectiva do aumento da fome.

Nesse cenário, é necessário analisar as contradições advindas desse modelo econômico e observar os limites de resistência da agricultura familiar de subsistência individualizada, nas áreas de fronteiras vinculadas ao processo da reprodução ampliada do capital, sob o controle da monopolização e da territorialização do capital, com a monocultura da citricultura e da cana.

Objetivando identificar essas contradições buscou-se analisar a partir de pesquisa qualitativa e quantitativa, o processo da reestruturação produtiva do desenvolvimento geográfico desigual e combinado que determina novas configurações espaciais no campo sergipano, dimensionadas no crivo das novas geopolíticas de governo, nas duas últimas décadas, com a expansão do agronegócio.

2 INTRODUZINDO A PROBLEMÁTICA

A partir da década de 1990 com o avanço da financeirização da economia, via o compromisso da dívida externa, o Estado assumiu o papel de gestor e promotor de políticas agrícolas inscrevendo novas formas de expansão capitalista. O modelo implantado de modernização da agricultura no Brasil foi um dos principais fatores da reprodução da desigualdade econômica e social no campo. A espetacularização se pautava no signo da sociedade industrial como condição única necessária para o progresso e desenvolvimento.

Nos últimos anos a crise acumulativa do modelo fordista/taylorista através: da queda na taxa de lucro e da taxa decrescente de consumo direciona a expansão do toyotismo, com as formas de horizontalização do capital produtivo e da flexibilização, que passam a constituir novas alternativas de obtenção do lucro, via a flexibilização e a desconcentração do processo produtivo. A flexibilização e a desconcentração do processo produtivo favorecem a intensiva competitividade garantida pela mobilidade setorial ou geográfica, tanto na sua capacidade de investir ou desinvestir no mercado financeiro acentuando a tendência globalizante do capital (ANTUNES, 1999).

O objetivo se configura em transcender seus próprios limites a todo custo, através da concentração de lucro e a desconcentração de mercados, o que acarreta o aumento da concorrência nos mercados nacionais. Nesse movimento, o desenvolvimento do sistema do capital se realiza através de uma rede contraditória reafirmando a sua tendência de crise cíclica, constatada em níveis contínuos e crescentes nesses últimos anos.



Toda trajetória da acumulação capitalista se justifica no direito incomensurável dos usos e abusos da condição humana. A qualquer custo busca-se o lucro sob o pretexto da utilidade destruindo os recursos humanos e materiais. Nesse processo o sistema do capital se articula numa rede de contradições, para a sua realização, via formas de acumulação intensiva e de formas de gestão e fluxo, o sistema sociometabólico do capital funciona induzindo sempre em maior intensidade à ampliação da produção de valores de troca. A tendência expansionista intrínseca do sistema produtivo é a garantia de maiores lucros.

Nas últimas décadas o capital na busca incontrolável do lucro se expande em todos os setores, impondo nova estrutura produtiva com extrema rigidez e inflexibilidade para quem e o que lhe oferece resistência. Contraditoriamente é por impor rigidez que se torna dinâmico, com o intuito do lucro, do acúmulo de riqueza. Utilizando-se de todas as formas de controle, expande-se mundialmente apropriando-se de todos os lugares. Na tentativa de se opor ao movimento cíclico, o sistema do capital procura fazer funcionar o metabolismo societal: Capital – Trabalho - Estado.

Funcional ao interesse do capital o Estado viabiliza a ordem reprodutiva sociometabólica do capital, gerenciando o controle dos antagonismos, a partir da lógica fetichista do mercado que se cristaliza na ideia da individualização. A estrutura institucional anuncia o espaço da possibilidade, como inerente ao mundo das ideias e das vontades humanas, independentes do sistema econômico, mas que dizem respeito à capacidade e ou incapacidade empreendedora do poder da vontade do indivíduo. Sob esta lógica anuncia políticas de gestão que devem ser regidas no âmbito local, na perspectiva do desenvolvimento sustentável. Neste viés, o processo de “realização do capital” via formas de acumulação intensiva e de formas de gestão e fluxo, consumo e destruição são equivalentes funcionais.

Segundo Pereira (2005) entre 1990 e 2004 o Banco Mundial e o FMI assumem uma política de controle para o campo na América Latina e conseqüentemente para o Brasil, implementando políticas, em acordos com o Estado-nação, a fim de garantir a liberalização das economias nacionais que aprofundam a mercantilização da vida social e de outro lado, a contrarreforma do Estado, substituindo o seu papel redistributivo por políticas focalizadas de “alívio” da pobreza, que não alteram as bases da reprodução da desigualdade e da exploração. Conforme o autor o BM e o FMI retornam o olhar para o campo visando:

a) liberalizar os mercados fundiários, eliminando as barreiras legais à livre compra e venda e ao arrendamento de terras, como parte dos programas de ajuste estrutural;

- b) dar resposta aos conflitos agrários e, em alguns casos, a ações de movimentos sociais pró-reforma agrária, com o objetivo de garantir a segurança do capital;
- c) criar programas sociais compensatórios no campo em resposta aos efeitos socialmente regressivos das políticas de ajuste estrutural;
- d) hegemonizar a mercantilização de modo a consolidar o capitalismo financeiro, permitindo, via mercado, a saída de produtores “ineficientes” e a entrada de produtores “eficientes”, sob a ótica do capital agroindustrial. O objetivo é de aumentar o grau de mercantilização da terra, via titulação privada. Implica na concessão de títulos de propriedade a posseiros, com o objetivo prioritário de diminuir a informalidade no mercado de terras.

Nos escritos do Capital, Karl Marx afirma que o limite da produção capitalista é o próprio capital. A sua valorização é sua partida e meta, motivo e fim da produção. Para conseguir seus fins tudo lhe é permissível: a expropriação e a depauperação dos trabalhadores. Não há limite de expropriação, pois esta é a garantidora da extração da mais valia seu meio e fim. A qualquer custo busca-se o lucro, sob o pretexto da utilidade/consumo destruindo os recursos humanos e materiais. Nesse processo o sistema do capital se articula em uma rede de contradições, para a sua realização, via formas de acumulação intensiva e de formas de gestão e fluxo.

O sistema sociometabólico do capital funciona induzindo sempre em maior intensidade à ampliação da produção de valores de troca. A tendência expansionista intrínseca do sistema produtivo é a garantia de maior lucro.

Las perspectivas de mayores ganancias atraen a los capitalistas a buscar y explorar en todas direcciones. La acumulación extiende sus redes en círculos cada vez más amplios a través del mundo, abarcando finalmente a todo y a todos dentro del proceso de circulación del capital. (HARVEY, 1990, p.421).

Na interconectividade escalar, o campo sergipano se inscreve na rede do circuito do processo de acumulação e reprodução ampliada do capital, na dimensão local e mundial.

3 O CAMPO SERGIPANO

Ao longo do período de 1970-1995 foram verificadas mudanças significativas no uso da terra com a expansão da atividade agropecuária em Sergipe, e na ocupação da fronteira agrícola.



Assim, enquanto as áreas de pastagens e de lavoura se expandiram, as matas e as áreas produtivas não utilizadas recuaram.

O Censo Agropecuário sergipano registrou a ocupação de 1.702,6 mil hectares de terras nas atividades agropecuárias no estado. Segundo o Relatório da CEPLAN (2005) a expansão da agropecuária pode ser observada desde 1970-1995, e tem sua explicativa principalmente por causa do avanço do processo da pecuarização, com maior intensidade nos anos de 1970, com o avanço acelerado das áreas de pastagens plantadas e da expansão das áreas de lavouras permanentes.

Conforme Censo Agropecuário de 1995-1996, as culturas temporárias ocupavam 10% das áreas agricultáveis do estado, e as culturas permanentes 7,0%, com o domínio das pastagens concentrando 68%. De forma geral os cultivos estavam concentrados na atividade de subsistência familiar, com o plantio de: milho, feijão e mandioca. Nas culturas comerciais permaneciam em destaque a cana-de-açúcar e o arroz.

Entre 2002 e 2003 a área total colhida de lavouras temporárias em Sergipe foi de 178,2 mil hectares, apenas 3% superior a da média trienal de 1990-1992. Em destaque a redução nos anos de 1990, da área colhida da cana-de-açúcar, que passou de 35,0 mil hectares para 20,1 mil, assim como a do fumo, notando-se, entretanto, a expansão do cultivo do milho, da batata-doce e do arroz (CEPLAN, 2005).

Sustentadas na justificativa da necessidade da superação da crise, as políticas agrícolas locais fazem coro às políticas nacionais e internacionais sob o comando das instituições financeiras internacionais que determinam a ampliação das monoculturas para a produção de agrocombustíveis.

3.1 A citricultura e o agronegócio no campo sergipano.

O modelo da modernização capitalista no campo sergipano se estabeleceu através da subordinação da unidade de produção familiar à lógica do capital, especialmente no centro sul do estado, especialmente nos municípios de Lagarto, Boquim e Salgado com a produção de laranja.

O centro-sul do Estado concentra a cadeia produtora de laranja estando toda a produção concentrada nas áreas de pequenas propriedades. 80% estão sob a responsabilidade de propriedades com área inferior a 10 hectares. O que significa a subordinação da unidade de produção familiar voltada para a monocultura da laranja, que constitui a segunda maior produção agrícola do estado de Sergipe.

A pequena produção familiar está subordinada ao monopólio da produção de laranja pelo capital, sob o controle dos grandes proprietários desde a década de 1970. A monopolização da

produção da laranja tem transformado os pequenos produtores funcionais ao interesse da produção extensiva, transformando o campo sergipano em áreas de produção para o capital, a unidade de produção de alimentos cede lugar à produção de exportação, para o favorecimento da monocultura. A monopolização desse cultivo tem servido apenas para ampliar a esfera de domínio das grandes empresas do agronegócio, donos de indústrias de suco concentrado que também são produtores de laranja, eucalipto e gado.

Como exemplo pode-se verificar o domínio da FRUTENE (no território sul). Segundo pesquisa desenvolvida por Jordana Santana,² no município de Cristinápolis o proprietário desta indústria de suco é também grande proprietário de terras e tem o controle do plantio e da produção, concentrando 70% das terras e do cultivo da laranja, que vem se expandido para outros municípios sergipanos, como também para municípios do estado da Bahia. O capital industrial, juntamente com o capital comercial monopolizam os preços ficando o pequeno produtor impossibilitado de competir com os preços do mercado, tornando-se subordinado aos interesses dos atravessadores que contraditoriamente são a garantia da venda da laranja.

Por falta de condições, os pequenos produtores sentem dificuldades para comercializar a laranja. Apesar de toda imposição do capital, a pequena unidade de produção familiar permanece produzindo a laranja como cultivo comercial, mas, sempre diversificando a produção com cultivos de subsistência, o que demonstra estratégia de resistência contra o monopólio do capital. Embora a produção da laranja seja dominante em quase todo o território, aproximadamente 79,59% das pequenas unidades de produção familiar diversificam a produção com plantios de subsistência como: mandioca, macaxeira, feijão, milho, amendoim, coco e banana que são produzidos geralmente entre os vãos dos laranjais.

A dificuldade de acesso a créditos bancários, como também aos programas de incentivo ao pequeno produtor, no caso específico da laranja, tem dificultado o pequeno produtor em manter-se na terra. Para a sua permanência na terra é preciso diversificar a produção, junto com a laranja e os cultivos voltados para subsistência, ou atividades alternativas, como forma de complemento da renda familiar. Os pequenos produtores que possuem áreas maiores cultivam produtos como: amendoim, batata, banana e maracujá, para a comercialização direta em feiras locais. Quando os pomares estão crescidos só dá para produzir a laranja, muitos necessitam aumentar a área plantada, nesse caso recorrem ao aluguel de terrenos e ou arrendam a terra.

²Relatório de Pesquisa desenvolvida pela bolsista Jordana Aquino de Santana no PIBIC/FAPITEC/UFS/ 2011 sob a minha orientação. Projeto: As alterações da unidade de produção familiar diante da expansão do novo modelo de desenvolvimento do agronegócio em Sergipe, no território Sul Sergipano: municípios de Cristinápolis e Itabaianinha.

Nos últimos anos a citricultura em Sergipe está sob o domínio do oligopólio formado por quatro grupos que são: Cutrale (maior percentagem); Citrosuco; Louis Dreyfus Commodities – LDC (francesa); e Citrovita, da Votorantim. Essas empresas controlam o mercado impondo preços e condições de venda. Os pequenos produtores estão totalmente subordinados a este oligopólio.

Os estados de Sergipe (em segundo) e a Bahia (primeiro) são os principais estados produtores da Região Nordeste, e juntos representam 90% de toda área plantada de laranja. Entretanto seguindo a mesma tendência nacional (caso de São Paulo) e ou mesmo mundial (Estados Unidos) a produtividade do citro é considerada baixa.

Em pesquisa realizada, observamos que tem ocorrido nos últimos dez anos um aumento da área plantada no estado de Sergipe, principalmente no território sul sergipano, todavia a produtividade dos citros em Sergipe tem alcançado baixos níveis. Para os grandes produtores a baixa produtividade está associada à incidência de pragas e doenças, como também pela falta de tecnologia. Entretanto para os pequenos proprietários essa situação é explicada devido à dificuldade de créditos e ao preço de mercado.

As medidas para solucionarem os problemas críticos no que se refere à perda da produtividade se esbarram em contradições. A alternativa da expansão de um mercado interno para a venda direta doméstica, por exemplo, está associada a uma política que fortalece os médios e grandes produtores na medida em que a exigência da qualidade do produto para o mercado interno exige uma qualidade de cultivo que o pequeno produtor não tem tecnologia para atender as exigências de qualidade.

A Embrapa, a Monsanto do Brasil e a Empresa de Desenvolvimento Agropecuário do Estado de Sergipe (EMDAGRO), firmaram uma parceria com o objetivo de testar e validar um manejo de superfície do solo para a redução de custos, melhoria da estrutura do solo, incorporação de resíduos orgânicos em profundidade (raízes) e na superfície do solo (parte aérea). Em parceria com o Governo do Estado a Monsanto promete investir no uso do Round-Up para diminuir as pragas e aumentar a produtividade do citro no campo sergipano. Em 2010, a empresa faturou mais de dois bilhões de reais só no Brasil com a produção e comercialização da linha Round-up, sementes convencionais e geneticamente modificadas. É importante lembrar que, em junho desse ano de 2011 a Monsanto foi condenada pela utilização do Round-Up veneno de altíssimo grau de contágio maléfico³.

³A patente para venda desse produto está vencida nos Estados Unidos desde setembro de 2000 e a confirmação dos malefícios causados pelo mesmo poderia levá-lo ao banimento. Disponível em: <<http://www.clicksergipe.com.br/blog.asp?postagem=31111&tipo=mundo>> Acesso em: 15 fev. 2011.



De forma geral a produção da laranja nas últimas décadas tem passado por diversas dificuldades, seja com o aumento dos preços, com a crise mundial, seja pela impossibilidade da garantia de autonomia de preço de mercado diante do monopólio especulativo do agronegócio. Para enfrentar essa situação, os pequenos produtores procuram outras atividades para a complementação de renda, a fim de garantir o sustento familiar.

Para a comercialização da laranja, verificou-se que, mais de 70% dos pequenos produtores preferem vender diretamente ao atravessador, sendo que 33% vendem diretamente aos comerciantes ou vendem nas feiras locais. A preferência pelo atravessador de acordo com os pequenos produtores relaciona-se primeiramente a dificuldade de distribuição, seguido da falta de opção, pois como a produção da laranja é pequena fica mais viável via atravessador que não apenas contrata pessoas para tirar a laranja, mas também têm os fornecedores certos; outros alegam que na falta de transporte para o transporte da laranja eles são obrigados a pagarem fretes altos. Quanto ao destino da produção, esta é geralmente direcionada para a venda no próprio estado, porém boa parte da produção tem sido transportada diretamente para os estados de Alagoas, Pernambuco, Piauí e Ceará.

Sendo submetidos aos interesses dos atravessadores, da indústria e do próprio comércio, que monopolizam os preços da laranja e na impossibilidade de competir com os preços do mercado tornam-se subordinados aos interesses dos atravessadores.

Ultimamente o Governo do Estado através da Embrapa do setor de Tabuleiros Costeiros vem incentivando o consorciamento com outros cultivos como a mandioca e o girassol, para projetos para o desenvolvimento de culturas voltadas à produção de biocombustíveis, com a utilização da produção familiar campesina.

A proposta seguindo o modelo do Novo Rural é a diversificação do plantio em pequenas propriedades familiares camponesas anunciando a garantia da obtenção de renda, no período de entressafra até o estágio comercial. Em pesquisa de campo foi observado a presença em expansão de culturas de ciclo curto e de grande aproveitamento para o agronegócio como o girassol.

3.2 O agronegócio da cana de açúcar.

Segundo estimativa da Conab/SE a expansão da produção da cana de açúcar em Sergipe para a safra 2010/2010 é de 2,3 milhões de toneladas, fato que vem sinalizando positividade. Todavia a safra 2010/2011 aponta para a retração da produção e da área cultivada, sendo justificada por essa instituição devido às condições climáticas e ao processo de renovação de áreas para o cultivo da cana. A perspectiva é de uma pequena alta na produtividade de apenas 0,20%. Entretanto



para a Asplana-SE (Associação dos Plantadores de Cana de Sergipe) a estimativa para a safra 2010/2011 é positiva, considerando a tendência da alta dos preços o aumento da produção, as próprias condições climáticas e a expansão do cultivo⁴.

É interessante avaliar a controvérsia das informações o que pode justificar os incentivos fiscais e creditícios que os produtores têm recebido do governo estadual e do setor financeiro principalmente o BNB, o que pode ser comprovado com o crescimento do setor sucroalcooleiro em Sergipe.

A expansão do agronegócio da cana de açúcar no estado tem tido uma alta projeção. Nesse ano de 2011, o Governo do Estado objetiva aumentar o plantio de cana para a produção de etanol garantindo aos usineiros um maior acesso ao crédito, beneficiando os grandes produtores através de empréstimos em longo prazo, e de isenção das dívidas.

Segundo o Censo Agropecuário/IBGE, em 1996 a atividade canavieira ocupava 22,7% das terras sergipanas, em 2006 ocupava 38,8 mil hectares e em 2008 a área plantada de cana em Sergipe passou para 48,09 mil hectares. Esse aumento ocorreu principalmente por causa do crescimento do setor sucroenergético. A produção da cana de açúcar dos estados de Sergipe, Bahia e Alagoas tem como direcionamento a produção de açúcar e álcool (anidro e hidratado).

No Nordeste os estados de Alagoas e Pernambuco apresentam maior percentual de área plantada. Conforme dados do IBGE (2008) esses dois estados omam mais de 66% do total da região, concentrando mais de 78,3% em 2008 da produção de cana-de-açúcar. O estado de Sergipe obteve nesse mesmo período um crescimento de 20,7% na safra 2007/2008 em relação à safra anterior. Entretanto, segundo os próprios dados do IBGE, embora tenha ocorrido crescimento em área plantada e em produção, a produtividade em Sergipe tem obtido baixo crescimento e tem sido oscilatória. Em 2006 houve uma significativa queda de produtividade, recuperando-se em 2007 e voltando a cair em 2008. Segundo pesquisa realizada essa situação se deve porque o período de expansão em área plantada é recente.

Dos 75 municípios do Estado de Sergipe, 21 são produtores de cana-de-açúcar concentrando a área plantada em antigos territórios produtores de cana-de-açúcar na região denominada Cotinguiba e Baixo Cotinguiba, que atualmente compreende os Territórios da Grande Aracaju, do Leste Sergipano e alguns municípios do Território do Baixo São Francisco. A expansão da área plantada de cana-de-açúcar em Sergipe, em proporção ao período de 2004 a 2007 foi pequena. Em destaque o município de Capela (Território do Leste Sergipano) e em seguida o município de

⁴ Disponível em: <http://www9.fcav.unesp.br/spmec2011/index.php?option=com_content&view=artic>
Acesso em: 15 fev. 2011.

Laranjeiras (tradicional área de cultivo da cana – no Território da Grande Aracaju). Juntos os dois municípios alcançaram 52,3% do total produzido no estado.

Os municípios de Capela e de Nossa Senhora das Dores aumentaram a área plantada e a produção devido à instalação de novas unidades industriais. Capela recuperou a posição de 1º lugar (17,5%) e Laranjeiras (área tradicional no plantio) em 2º lugar com 16,6%. Em seguida, o município de Japaratuba (15,2%), Pacatuba (12,4%) e Japoatã (6,6%). Quanto à produtividade conforme o IBGE somente o município de Capela teve acréscimo significativo na produção e na produtividade, devido à implantação de uma nova Usina e da introdução de tecnificação.

A projeção do crescimento de área plantada e de produção é explicada pela condição de tradição no cultivo da cana de açúcar e da pecuária, somado ao baixo preço de terras produtivas (para arrendamento). O território da cana expande o seu domínio avançando nas áreas das pequenas propriedades de unidade de produção camponesa que são pressionadas a cederem suas terras à monocultura da cana de açúcar.

A paisagem que acompanha o litoral sergipano é do domínio do “capim verde” - a cana. Adentrando no campo o que se observou em toda pesquisa de campo é a ausência das unidades de produção camponesas que são pressionadas pelo domínio do agronegócio da cana, da laranja e atualmente pela intensiva expansão do agronegócio do milho.

A política governamental local em sintonia com a política do governo federal prioriza o agronegócio como a grande solução para o desenvolvimento do estado/país, preocupados na garantia do aumento de commodity. O crescimento sucroalcooleiro com o progresso tecnológico estabelece o aumento da produção canavieira devido à utilização do álcool combustível transformando o campo brasileiro num cenário de domínio do capital, na formação de commodity para o mercado internacional.

Objetiva-se o crescimento da produção e produtividade sem se questionar as contradições geradas no campo. Nas palavras da presidenta do país Dilma Rousseff no lançamento do Plano Agrícola e Pecuário 2011/2012:

Somos um país que soube construir uma articulação entre agricultura e indústria [...] Nela, convivem pequenos, médios e grandes produtores de forma harmônica, não de forma a criar conflitos. Aqueles que criam conflitos e não respeitam a legalidade tentam instituir situações que nós repelimos que não sejam legais, dentro da lei e das normas do País são minoria.⁵

⁵Disponível em: <<http://www.faespsenar.com.br/geral/noticias/detalhe/dilma-pequeno-medio-e-grande>> Acesso em: 17 jun. 2011.

As Políticas Públicas no campo brasileiro e sergipano conduzem a questão camponesa da autonomia alimentar como inexistente prioriza como importante o entendimento do modelo do Novo Rural na perspectiva no campo, para o aumento de emprego e renda, o que significa a garantia da sujeição dos trabalhadores ao capital. Fato que pode ser constatado com a Medida Provisória 499/2008. Esta Medida estabelece a subvenção para os produtores de cana. Na segunda metade de 2009 o Governo de Sergipe lançou o Programa de Renda na entressafra para trabalhadores dos cultivos da laranja e cana de açúcar através da criação de um Projeto de Lei que institui o programa “Mão Amiga”, articulado ao programa da renda mínima. Dessa forma estabelece uma mudança para os trabalhadores de cultivos temporários da cana de açúcar e da laranja, em que o governo deve conceder um benefício financeiro de R\$190,00 durante os quatro meses de entressafra destes cultivos, período em que os trabalhadores ficam desempregados como condição de “estímulo”.

Em julho de 2011 o que se pode constatar em pesquisa de campo na área de plantio foi a permanência da condição de miséria dos cortadores de cana-de-açúcar⁶. Entregues a bebida em espera do período que serão novamente “contratados” permanecem “desocupados” para sua subordinação. Em entrevista informal eles afirmaram que “tem orgulho de serem cortadores de cana”. Única possibilidade de sobrevivência, na condição de quase lumpen ser cortador em período temporário e em localidade temporária é a possibilidade de trabalho, sem questionar “condição de vida”.

Móveis para o capital, o que se constatou foi a grande migração. Para os produtores de cana essa mobilidade é importante favorecendo o descompromisso das garantias trabalhistas. O sistema acumulativo do modo de produção capitalista se estabelece numa estrutura destrutiva da crise estrutural do capital em que para manter à lógica do lucro há a destruição da classe trabalhadora que é afetada pelo desemprego estrutural, formando o trabalho precarizado e escravo. “Na medida em que se localizam a margem do processo produtivo, permanecem andarilhos no curto tempo cíclico do capital.” (CONCEIÇÃO, 2007, p. 110).

Conforme resultados da dissertação de mestrado de Shiziele Shimada (2010) fica claro o domínio dos latifundiários no campo sergipano permanecendo a mesma *performance* dos “antigos coronéis” do açúcar. Essa condição é possibilitada pelo Estado. No território do agronegócio açucareiro esta situação está presente através da privatização das propriedades agroindustriais, da

⁶ Registramos esta situação em várias fotografias e filmagem.

ação reguladora do Estado de maneira indireta, da má-remuneração do trabalho, do desemprego e da crescente precarização do trabalho.

Em estudos que vem realizando Shimada⁷ vem comprovando, que a geração de emprego direto e indireto no sistema do agronegócio da cana de açúcar em Sergipe constitui numa falácia para propagandear a importância e o crescimento econômico realizado pelo agronegócio no Brasil. Na prática o que se tem verificado são baixas remunerações, além da superexploração dos trabalhadores do corte da cana. A carteira de trabalho propagandeada pelo governo como garantia de trabalho, na realidade é apenas um fetiche. O que se constata é que na atividade canavieira o sonho do trabalho com carteira assinada é a legitimidade de horas não pagas, na extração intensa de mais valia, em decorrência da especificidade da remuneração por produção. O corte da cana-de-açúcar exige do trabalhador um alto esforço físico para poder cortar o maior número de cana, e garantir ainda assim um baixo salário. Sem nenhuma garantia de medição correta do corte e diante das condições péssimas em que está submetido, o cortador de cana⁸ é expropriado e violentado pelo capital.

Em pesquisa de campo realizada por essa autora para o produtor da cana é mais lucrativo a produção a partir do corte de cana crua, entretanto em entrevista com os cortadores pode-se comprovar que a condição de cortador de cana crua é ainda mais perversa, provocando não só problemas graves de mutação de órgãos e até mortes, tendo o trabalhador que enfrentar animais peçonhentos.

É necessário observar que o discurso dos grandes produtores e do Estado é bastante controverso sobre essa questão. De forma simulada no discurso da necessidade de políticas públicas “sustentáveis sob critérios ambientais e sociais” há a proposta da substituição do trabalho humano pela mecanização como alternativa para essa situação. É importante observar que essa alternativa significa o desemprego de grande maioria dos cortadores. Além de que como afirma Monas (2009) à mecanização da colheita para o corte de cana crua estimula a concentração das propriedades fundiárias/industriais; expulsão dos produtores (áreas de 50 a 125 hectares); redução dos postos de trabalho não qualificado; fortalece a tendência de concentração do setor por empresas de maior competição de mercado.

⁷ Dissertação de Mestrado (2010) e Tese de Doutorado em andamento sob minha orientação.

⁸ ALVES, Francisco. **Por que morrem os cortadores de cana?**. Disponível em: <<http://www.cpt.org.br/?system=news&action=read&id=316&eid=129>>. Acesso em: 22 fev. 2010.



Segundo documento do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - Assessoria de Gestão Estratégica datado de junho de 2011 as Projeções do Agronegócio no Brasil para 2010/11 a 2020/21 é de crescimento. Os produtos que detém maior potencial de crescimento da produção e das exportações nos próximos anos são o algodão, soja, carne bovina, carne de frango, açúcar, papel e celulose.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A posição dos dois últimos governos do país (PT) deixa claro o compromisso com o agronegócio. No discurso governamental do ex- presidente Lula da Silva o foco das ações governamentais esteve voltado (2003 – 2010) para a criação de uma “política sustentável sob critérios ambientais e sociais de expansão da produção de cana-de-açúcar, etanol e açúcar” voltada para o setor sucroalcooleiro. Resultado festejado por Kátia Abreu ao afirmar que o agronegócio brasileiro vai registrar expansão acima da média em 2011. Estimativa prevista pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA) ⁹, que atribui aos altos preços das commodities à forte demanda interna e externa e à redução dos custos de produção e ao avanço mais acelerado do agronegócio no campo.

Sustentadas na justificativa da necessidade da superação da crise as políticas agrícolas locais fazem coro às políticas nacionais e internacionais sob o comando das instituições financeiras internacionais que determinam ampliação das monoculturas para a produção de agrocombustíveis.

Na leitura da Via Campesina o massivo investimento de energia baseada no cultivo e processamento industrial de matérias vegetais como o milho, a soja, a cana de açúcar, etc., não resolverá nem a crise climática, nem a energética. Porém irá trazer imensas consequências sociais e ambientais. Sem condições de resistirem ao agronegócio, para subsistirem, as famílias camponesas são obrigadas a abandonarem a produção de alimentos e se submeterem ao cultivo dos agrocombustíveis.

Antes de constituir saída para a pequena propriedade camponesa, o agronegócio tem provocado a expropriação do camponês da terra tornando-o móvel, enquanto força de trabalho que será absorvida no próprio agronegócio local, ou na procura de trabalho no setor industrial, sujeitos a

⁹Disponível em: <<http://revistagloborural.globo.com/Revista/Common/0,ERT201112-18282,00.html>> Acesso em: 20 jun.2011.

condição de trabalho precarizado ou escravo. Expulsos da terra se tornam errantes para ampliação e consolidação do controle sociometabólico do capital.

Em palestra na Universidade Federal da Bahia sob o título *Crise Estrutural necessita de Mudança Estrutural*, István Mészáros (2011) reafirma o caráter universal, de ampla estrutura social global, gradual e permanente da crise estrutural do modo de reprodução sociometabólica do capital, afetando a própria estrutura em sua totalidade, com implicações sistêmicas globais. Deste modo não é possível solução dentro dos parâmetros do sistema. O deslocamento das contradições só é possível enquanto a crise é parcial, local, uma crise parcial, relativa e internamente gerenciável pelo sistema.

Para Mészáros a crise financeira que vivenciamos há alguns anos é apenas um aspecto da trifurcada destrutibilidade do sistema do capital, na esfera militar, ecológica, na sua intrínseca condição de “destruição criativa” ou produtiva. Neste contexto a inserção do modelo do agronegócio responde ao complexo das mediações do sistema sociometabólico do capital que tem no objetivo do super lucro a redução da produção familiar camponesa, e a fome como forma especulativa de acumulação.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Francisco. **Por que morrem os cortadores de cana?** Disponível em: <<http://www.cpt.org.br/?system=news&action=read&id=316&eid=129>>. Acesso em: 22 fev. 2010.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do Trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

CEPLAN. (Consultoria Econômica de Planejamento). In: SOUZA, Aldemir do Vale (coord.). Sergipe: Desempenho, Perspectivas Econômicas e Evolução dos Indicadores Sociais 1970-2004, Recife, novembro, 2005, p. 243.

CONAB. Acompanhamento da safra brasileira de cana-de-açúcar. Safra 2007-2008, Brasília: Conab, 2007.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **Jovens Andarilhos no Curto Ciclo do Capital**, In: Revista OKARA: Geografia em Debate, v.1, n.1, p. 77-100, João Pessoa, PB, 2007. Disponível em: <<http://www.okara.ufpb.br>>

HARVEY, David. **La Teoría de la Renta**, in Los Límites del Capitalismo y la Teoría Marxista. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.



MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. São Paulo: Nova Cultural, livro I volume II, 1988, 3ª ed, p. 199. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe.

MÉSZÁROS, István. **Crise Estrutural necessita de Mudança Estrutural**. In: Conferência de Abertura, II Encontro de São Lázaro, 13 jun. 2011, p.12. Disponível em:

<http://www.ffch.ufba.br/IMG/pdf/Conferencia_Meszaros.pdf> Acesso em: 20 mai. 2012

MONOS, Maria Geovania Lima. **Tecnologia e Inovação na Cadeia Produtiva Sucroenergética do Estado de Sergipe**: caracterização do setor e identificação dos padrões de inovação. 2009. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Sergipe, Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Economia, Sergipe, São Cristóvão.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **A política agrária do Banco Mundial no início do século XXI**: ofensiva neoliberal em marcha acelerada, 2005. Disponível em: <<http://resistir.info/>>, Acesso em: 20 mai. 2012.

SHIMADA, Shiziele de Oliveira. **Do Latifúndio e do Agronegócio**: as novas territorialidades do capital no campo sergipano e as formas em que se reveste o domínio do "Senhor" ao "Escravo". 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, Sergipe, São Cristóvão.

